



NUNO ÁLVARES PEREIRA: O GALAAZ PORTUGUÊS

Antonio Luiz Lachi

Doutor em História Social (USP) e
professor aposentado da UFMS – *Campus* de Dourados.

Este artigo evidencia o desenvolvimento do ciclo do Graal em Portugal durante o período denominado de interregno até a morte de Nuno Álvares Pereira, o Galaaz português. Faz parte de um trabalho mais amplo, voltado ao estudo das conseqüências na política portuguesa das pretensões de D. Fernando I ao trono castelhano.

Palavras-chave: Interregno; Nuno Álvares; herói.

This article evidences the development of the cycle of Graal in Portugal during period called interregnum up to Nuno Álvares Pereira's death, portuguese Galaaz. It is part of a wider effort, which intends to study consequences of D. Fernando I' is pretensions to Castillian throne in Portuguese politics.

Keywords: Interregnum; Nuno Álvares; hero.

Desde o início do século XIV já existia em Portugal a tradução completa do ciclo do Graal, com a maioria dos cavaleiros dessa época desfrutando da sua leitura. Isso é comprovado através das demonstrações nesse sentido que eram dadas freqüentemente por esses elementos que procuravam comparar-se aos heróis da tábula redonda e ao rei Artur. Um fato bastante ilustrativo é o diálogo travado entre D. João, Mestre de Aviz, e alguns fidalgos, companheiros de armas, quando do cerco de Coria e o Mestre não se encontrava contente com os feitos daquele momento:

Gram mingoa nos fizeram hoje este dia aqui os bõs cavaleiros da tábula redonda: ca certamente se elles aqui foram nos tomaramos este logar. Estas palavras nõ poude ouvir cõ paciencia Mem Rodrigues de Vascogoncellos, q hi era com outros fidalgos, que logo nom respondeo, e disse: Senhor, nom fizeram aqui mingoa os cavaleiros da tábula redonda, que aqui está Martim Vasques da Cunha, que he tam bom como Dom Galaz, e Gonçalo Vasquez Coutinho, que he tam bom como Dom Tristam: e ex aqui Joham Fernandez Pacheco: que he tam bom como Lançarote, e assi doutros que vio estar acerca; e ex me eu aqui, q valho tanto como Dom Quea: assi que nom fizeram aqui mingoa estes cavaleiros, que vos dizeis: mas fizemos a nos grão mingoa o bom Rey Artur flor de lis senhor delles, que conhecia os bõs servidores: fazendolhes muitas mercês, porque aviam desejo de o bem servir (Peres, 1983, p. 171).

Dentre esses cavaleiros, Nuno Álvares Pereira é o objeto do nosso estudo, por ter-se distinguido mais que todos num momento delicado da história portuguesa – interregno (1383-1385) –, quando a independência do reino

periclitou e, principalmente, por ter mais do que ninguém encarnado o espírito de Galaaz. Trata-se de um elemento que desde criança se comprazia nas leituras do ciclo do Graal e sempre procurava personificar de todo esse herói lendário, o que de fato vem a acontecer, quando das guerras empreendidas contra o reino de Castela após o ano de 1383.

Mostraremos o ambiente político em Portugal neste momento, sem descurarmos do papel desempenhado por Nuno Álvares, já que se trata de um elemento que graças aos seus feitos em armas conseguiu manter a independência do reino. Joel Serrão o compara aos grandes chefes militares como Frederico, o grande, ou mesmo Napoleão Bonaparte, mas que ao mesmo tempo tem o seu lado de devoção e pureza como quando da batalha de Aljubarrota em que deixou os seus soldados à mercê dos inimigos castelhanos, em número bem maior, para rezar e, só após esse momento, em que esteve totalmente alheio a tudo e a todos, é que retorna para comandar e vencer as forças contrárias.

Adentraremos então na vida do herói português, que tão bem encarnou o ideal cavaleiresco, tendo sempre em mente as figuras heróicas do Rei Artur, de Galaaz ..., onde as batalhas travadas contra os castelhanos mais pareciam demandas onde envolveram-se os cavaleiros da tábua redonda, conduzidos pelo rei Artur.

A espada que carregava é comparada à espada de Excalibur (forjada na Ilha de Avalon) e tanto quanto Artur para os ingleses, realizou feitos heróicos em prol da manutenção da independência de Portugal.

É o Galaaz português.

PORTUGAL DURANTE O PERÍODO DO INTERREGNO: 1383-1385

Durante o governo de D. Fernando I, Portugal envolveu-se em três guerras contra Castela, que lhe foram desfavoráveis. A última, terminada em 10 de agosto de 1382 com a Paz de Badajós, deveria trazer tranqüilidade para o reino, pois esperava-se que, após ter sentido cruelmente as agruras de mais uma derrota ia dedicar-se à sua reconstrução e encaminhar a sucessão real da melhor maneira possível, deixando inclusive a filha D^a Beatriz casar-se com aquele a quem já estava prometida – Infante D. Fernando de Castela, não era herdeiro em Castela – principalmente levando-se em conta as suas precárias

condições de saúde (tísico), fazendo dessa forma com que as conseqüências das guerras para Portugal se amenizassem um pouco.

O final dos acontecimentos não se dá aqui, pois logo que D. Fernando soube da viuvez de D. João I de Castela, ofereceu-lhe em casamento D^a Beatriz. Para firmar tal evento, enviou a Castela, João Fernandes Andeiro. D. João, num primeiro momento, teme a inconstância do soberano luso, mas a oferta de um trono é encantadora demais para se recusar. O tratado de casamento foi firmado em abril de 1383, em Salvaterra de Magos, onde se encontrava a Corte portuguesa.

Assim, D. Fernando no tocante à sua conturbada política externa, jogou o reino numa séria crise que fez com que a sua independência periclitasse e, que só foi mantida graças à luta encetada por ardorosos patriotas.

GOVERNO DA RAINHA-VIÚVA D^a LEONOR

Com a morte de D. Fernando, em 22 de outubro de 1383, sem deixar herdeiros varões, passou a reger os destinos do reino a rainha-viúva D^a Leonor¹, que, de acordo com o Tratado de Salvaterra de Magos, é quem reinaria até que sua filha, a rainha D^a Beatriz, casada com D. João de Castela, desse à luz um filho e este então passaria a ser o legítimo herdeiro do trono, assumindo-o com a idade de 14 anos.

Uma pequena parcela da população portuguesa – os que conseguiram cargos e privilégios – a apóiam, sendo que a grande maioria detesta-a e só aceita essa situação por uma questão de legitimidade. Mas a situação tende a piorar pois

(Como) a rainha de Portugal, de direito, era sua filha D. Beatriz, rainha de Castela, mandou D. Leonor que fosse alçada a bandeira portuguesa nas cidades do reino e que todos tomassem a sua voz. Quando isto foi feito nas principais cidades, houve alvoroço por parte do povo que não aceitou tal situação, isto é, não queria perder a independência, em benefício de Castela... (Lachi, 1982, p. 117-118).

Além disso, o rei de Castela prende em Toledo o Infante D. João, duque de Vizeu, numa tentativa de evitar sua aclamação como sucessor de D. Fernando em detrimento de D^a Beatriz (Cortesão, 1974, p. 135) e também age através de

¹ “Com Leonor Teles na regência abriu-se a crise dinástica que poria termo à casa de Borgonha” (Franca, 1946, p. 269).

embaixadas ou mesmo enviando cartas a muitos nobres do reino no sentido de trazê-los à sua causa, qual seja, a obtenção do trono português. Nesse desiderato consegue atrair alguns, mas outra parte constituída em sua maioria por burgueses e alguns fidalgos – citam-se Nuno Álvares Pereira, o próprio irmão da rainha, D. Afonso Telo, conde de Barcelos –, se posicionaram contra e tramaram a conjura em prol da soberania portuguesa.

Sem poder aclamar como monarca o Infante D. João, duque de Vizeu, ou mesmo D. Dinis, os patriotas aceitaram colocar a regência nas mãos de D. João, Mestre da Ordem de Aviz – indicação esta que partiu de Nuno Álvares (Lopes, 1897, p. 27), um dos mais preocupados com os destinos do reino – que de acordo com a linha de sucessão, era o que tinha no momento condições de ser guindado a tal posto.

Para a agilização desse plano há a necessidade de se eliminar João Fernandes Andeiro, conde de Ourém. Também esta idéia é levada adiante por Nuno Álvares, um “... elemento da pequena nobreza onde o ideal do valoroso cavaleiro incentivava o ideal do verdadeiro patriota” (Bernardino, 1984, p. 90).

Tentativas de se eliminar o valido da rainha já haviam ocorrido em outras oportunidades, sem êxito, e agora D. João, Mestre de Aviz – o incumbido de tal obra – quer garantias por parte dos conjurados de que vai ter realmente apoio de todos ou pelo menos de uma maioria, inclusive da população, ao que foi garantido por um velho burguês de indiscutível ascendência sobre todos do reino por ter trabalhado como chanceler-mor dos monarcas D. Pedro I e D. Fernando I, Álvaro Pais.

Notamos que a temeridade exposta por D. João, nada mais era do que uma artimanha política, no sentido de obter a aprovação da maioria, uma vez que sabia da sua condição de bastardo.

O objetivo desses patriotas é a eliminação do Andeiro, o afastamento de D^a Leonor e a conseqüente elevação de D. João como regente do reino, sendo que Nuno Álvares, tendo mesmo uma obsessão por essa idéia, pois sabia que o Mestre era o único a ter condições de assumir o trono português. Para alcançar tal objetivo, tinha uma fê inquebrantável aliada a uma virtude imaculada.

Finalmente, em 6 de dezembro de 1383, D. João, juntamente com Rui Pereira, matam o valido e amante da rainha no Palácio real, tendo conforme o combinado o apoio da massa, insuflada por Álvaro Pais.

Ao mesmo tempo muitas cidades do reino, entre elas Lisboa, Santarém e Elvas, mostravam-se dispostas a enfrentar lutando a intrusão de um soberano estrangeiro em seu país.

Desse momento em diante tem que se pensar seriamente na possibilidade de invasão e organizar a defesa do país, que naturalmente tem que ser feita tendo à frente um líder, que acaba sendo D. João. “Graças a ele e mais alguns portugueses, entre os quais Nuno Álvares Pereira, conseguiu-se manter de pé a independência do reino, que esteve bastante ameaçada” (Lachi, 1982, p. 126).

GOVERNO DE D. JOÃO, MESTRE DE AVIZ: REGENTE E DEFENSOR DO REINO

Realizada a primeira parte do plano – eliminação do Andeiro – necessidade havia de prosseguir-lo, com o afastamento de D^a Leonor, e conseqüente aclamação de D. João, como regente do trono.

É necessário ressaltar que D. João era possuidor de tino político, uma vez que dizia estar desejando fugir para a Inglaterra para não ser atingido pela fúria da rainha, sendo que, na realidade, o que ele realmente queria era que nesse momento delicado da crise política, aqueles que o tinham como salvador não o deixariam fugir e o aclamariam, abafando dessa forma a sua condição de bastardo e, “... devemos ter em mente que se, realmente o seu intuito fosse a fuga, não estaria fazendo todo o alarde que fez, fugiria às escondidas, sem que ninguém soubesse, ou pelo menos poucas pessoas, somente aquelas do seu círculo e da sua inteira confiança” (Lachi, 1982, p. 128).

Realmente suas artimanhas surtiram o efeito desejado, pois o povo aceita-o e obriga os do Concelho, em sessão na Igreja de São Domingos a aclamarem-no Regente e Defensor do reino com poderes ilimitados (Caetano, 1953, p. 181), mas como sentiu que nessa assembléia não estava presente a maior parte dos elementos da nobreza, burgueses de ricas famílias, mercadores, gente importante enfim, astutamente – habilidade política, voltamos a ressaltar – convocou nova reunião para o dia seguinte, para tomar a última decisão, para que todos o aceitassem. Isso ocorreu no dia 16 de dezembro de 1383.

Antes mesmo de ocorrer a assembléia na Igreja de São Domingos, os últimos laços com a rainha-viúva foram cortados e esta sentindo-se ameaçada,

com riscos à sua própria vida, devido os ânimos exaltados, foge para Alenquer e depois para Santarém, tendo ainda ao seu lado grande parte da nobreza e do alto clero (Torres, 1985, p. 338).

Enquanto isso, D. João o Regente e Defensor do reino nomeia o Conselho régio, onde destacamos a escolha de Nuno Álvares como Condestável (Serrão, 1979, p. 296), sendo o primeiro elemento da nobreza a fazer parte desse novo governo.

Por outro lado, não podemos esquecer que os castelhanos estão em Portugal, não mais diplomaticamente e sim com tropas. A resistência posta em prática pelos heróicos portugueses é intensa, principalmente quando do cerco de Lisboa, que só foi levantado em 3 de setembro de 1384 (Viegas, 1984, p. 134) devido à peste que grassou nas forças castelhanas e que matou muitos de alta estirpe (Serrão, 1979, p. 298).

Após esse momento delicado para os portugueses, Nuno Álvares aconselha o Regedor e Defensor do reino, a convocar uma assembléia que se reuniu em 2 de outubro em São Domingos, para se inteirarem da situação nacional. Nessa assembléia estabeleceu-se que fossem convocadas Cortes em Coimbra para a escolha de um rei, a fim de se colocar um ponto final à crise dinástica que se arrastava desde a morte de D. Fernando.

Pela primeira vez na história política portuguesa ia reunir-se uma assembléia de representantes de todo o reino, munida de plenos poderes para praticar o acto mais característico da soberania: a escolha do monarca (Langhans, 1951, p.37).

AS CORTES DE COIMBRA E A ACLAMAÇÃO REAL DE D. JOÃO, MESTRE DE AVIZ

Quando das Cortes de Coimbra, onde o legista João das Regras defendia a causa da aclamação de D. João, como herdeiro legítimo do trono, uma parte da nobreza, chefiada por Martim Vasques, se colocava contra, posicionando-se a favor do Infante D. João, preso em Castela ou ainda seu irmão D. Dinis e, só após esses dois nomes, caso não pudessem assumir é que se veriam as possibilidades de D. João, Mestre de Aviz.

Vendo a situação se desenrolar dessa forma, Nuno Álvares, bastante nervoso, se dispôs a matar Martim Vasques, só não o fazendo porque foi aconselhado pelo próprio D. João a não agir dessa forma (Entwistle, 1949, p. 165).

Agora, veementemente, João das Regras volta à tribuna e prova perante a Assembléia que tanto D. João, quanto seu irmão D. Dinis, não tinham condições superiores às do Mestre de Aviz de almejar o trono.

Enfim, a 6 de abril de 1385, as Cortes solenemente aclamaram D. João, Mestre de Aviz, como rei de Portugal. “Aclamado rei, os primeiros actos de D. João I foram justamente aqueles que mais significativos podiam ser: a escolha de Nun’ Álvares para o cargo de condestável...” (Peres, 1983, p. 65), que já tivera participação efetiva ao lado do jurista João das Regras, na aclamação do Mestre de Aviz pelas Cortes de Coimbra².

A partir desse momento, em que Portugal passou a contar com um rei saído das Cortes, pondo fim ao período denominado de interregno, todos almejam a paz. Apesar disso, a situação continua tensa, pelo menos em termos militares, pois muitas vilas e castelos ainda estão apoiando Castela, principalmente no centro do país – Sintra, Santarém, Torres Vedras, Óbidos e Autogúia – e, desta forma, teriam que ser reconquistados. Posto em marcha tal intento, o mesmo continuou até portugueses e castelhanos se encontrarem em Trancoso, onde estes, para não perderem o saque até esse momento efetuado, não queriam ir à luta, mas, pressionados, lutaram e foram dizimados pelos portugueses.

Inúmeros castelos e cidades que se encontravam em mãos castelhanas ainda assim continuaram, sendo que alguns só foram reconquistados bem depois da batalha de Aljubarrota. Na verdade esta batalha tem o significado de pôr um ponto final às guerras entre os dois reinos, constituindo-se no verdadeiro teste de fogo do nascimento da dinastia de Aviz que, em termos jurídicos, nasceu com as Cortes de Coimbra.

NUNO ÁLVARES PEREIRA

Nuno Álvares Pereira nasceu em 24 de junho de 1360, no Castelo de Bonjardim, perto de Sertã, sendo filho ilegítimo de D. Álvaro Gonçalves Pereira, prior da Ordem do Hospital de São João de Jerusalém (Hospitalários) (Rau, 1986, pp. 55-56), e de uma criada da corte de nome Iria Gonçalves de Carvalhal.

² “O que verdadeiramente fez decidi-los a cederem à proposta de elegerem o Mestre, foi a ameaça de emprego da força por parte de Nun’ Álvares e dos seus homens” (Mattoso, 1987, p. 291).

Quando do seu nascimento, seu pai e um amigo, mestre Tomás, que gostava de astrologia, se dispuseram a tirar o vaticínio do recém-nascido, ao que o oráculo disse que o jovem bastardo seria invencível (Martins, 1984, p. 13)³.

A mãe exaltava-se por ter dado à luz um filho no dia de São João Batista, o precursor de Cristo e para redimir-se do pecado de ter gerado este filho, como amante do prior, penitenciou-se durante anos sem comer carne, nem beber vinho.

Nuno Álvares desde criança “... usava muyto de ouvir e leer livros destorias, especialmente usava mais leer a estoria de Galaaz em que se continha a soma da tavola redonda ... E elle desejava muito de o parecer em algũa guisa, ...” (Peres, 1983, p. 169) e, adentrara cada vez mais na alma de Galaaz através dessa literatura que seu pai lhe dava, numa confusão de realidade e fábula.

Devemos ter em mente que o ciclo do Graal esteve muito em voga em Portugal desde o início do século XIV⁴ e essa admiração pelos temas da tábola redonda e do Santo Graal, com a nobreza procurando imitar os heróis lendários, faz misturar nos espíritos os sentimentos religiosos e os ideais da cavalaria, como foi o caso de Nuno Álvares.

Todo esse interesse acentuou-se principalmente a partir das guerras contra Castela, após 1383, por parecer-se com as demandas onde envolveram-se os cavaleiros da tábola redonda, conduzidos pelo rei Artur e, um desses momentos é muito bem retratado quando do cerco de Coria, onde os companheiros de D. João I comparavam-se e comparavam-no aos lendários cavaleiros da tábola redonda e ao rei Artur (Saraiva, 1988, p. 203-204).

³ Passos (1974, p. 75) fala que “... em casa deste Prioll, dom Alvorio Gomçallves (trata-se do pai de Nuno Álvares), amdava huû gram leterado e mui profumdo astrólogo, que chamavom meestre Thomas. E por este comtom que soube o Prioll, que huû de seus filhos avia de seer veemçedor de batalhas, e que este era NunAllvarez Pereira. (...). E prometido per elle (Martim Gonçalves de Carvalho, tio de Nuno Álvares) de o guardar em segredo, emtô lhe disse o Prioll como queria mandar seu filho aa corte, e elle por seu ayo pera o emsinar; e que porem lhe rrogava que tomasse carrego de bem o criar, que fazia çerto, que aquell seu filho avia daver tam boas amdanças, em todallas batalhas que entrasse, que seempre dellas seeria vemçedor, com tanto que sse chegasse a Deos em todas suas obras e nenhuûa cousa fezesse em seu deserviço”.

⁴ “... em começo do século XIV existia em Portugal a tradução completa do ciclo de Graal, isto é: um José de Arimatéia, um Merlim (com o nascimento do rei Artur); existia também a Demanda do Santo Graal, pois a cópia do século XV foi feita sobre um texto anterior. E mostra ainda que o livro era muito lido, transportado de um lado para o outro, razão por que se justificava a sua repartição em volumes mais leves e portáteis” (Saraiva, 1988, p. 62-63).

O casamento de D. João I com D^a Filipa de Lancaster mais forças veio dar ao ciclo do Graal em Portugal.

Antes disso, Nuno Álvares aos 13 anos de idade, quando da guerra entre os portugueses e castelhanos, em 1373, deu mostras de muita coragem quando a mando de seu pai, foi ver de perto a importância das forças castelhanas. Retornando caiu nas graças de D^a Leonor e, como Galaaz, foi armado escudeiro da rainha, da mesma forma que ele se lembrava do bastardo Lançarote do lago que foi armado cavaleiro e a abadessa chorando de prazer no meio das suas quatro aias⁵.

A partir do ritual exigido para se tornar cavaleiro Nuno Álvares “... era outro homem. Descera sobre ele a iniciação mística, sagrando-o. Não havia de falhar a sua sina!” (Martins, 1984, p. 34).

A sua ida para a corte de D. Fernando, em 1373, parecia com a ida de Galaaz para preencher a cadeira vazia na sala dos cavaleiros. Levava em alta conta a própria bastardia, pois considerava necessário o pecado de origem para consumação das façanhas, uma vez que “... Deus escolhia os manchados por esse pecado de origem” (Martins, 1984, p. 23).

Após a sua sagração pela rainha, passou a viver na Corte, onde via todo tipo de desregramento e, mais e mais, sentia que só a castidade podia lhe dar energia e valor, até que seu pai o levou a casar-se⁶, com a idade de 16 anos.

⁵ “O jovem Nun’ Álvares, bastardo, filho de bastardo, como Galaaz, deixou-se enlevar por este herói de romance, que, pelas suas virtudes, e especialmente pela virgindade, alcançou o mais alto prêmio que é dado a um homem mortal ver e entender: o SantoGraal, momento supremo que não se repete, porque antecede a passagem à outra vida. Encaminhado para a corte de D. Fernando, adollescente ainda, fora escolhido como escudeiro por D. Leonor Teles, essa mulher formosa como a rainha Genebra e também pecadora como ela (segundo as línguas maldizentes)” (Saraiva, 1988, p. 206).

⁶ “NunAllvarez aalem de seer a todos mesurado de sua natureza, era o muito mais a seu padre (...); e quando lhe tall rrazom ouviu dizer, ficou huú pouco como torvado. A huûa por a vergonha que de seu padre avia, a outra por lhe fallar em feito de casamento, de que sua voomtade amdava muito afastada; ca elle em esta sazom era de pequena hidade, e todo seu cuidado nom era, salvo trazersse bem, (...); desi cavallgar a môte e a caça, nom emtemdendo em amor de nehûa molher, tramsomente lhe viinha per maginaçom; mas liia ameude per livros destorias, espeçiallmente estorias de Gallaz que falla a Tavolla Redomda. E porque em ellas achava, que per virtude de virgiidade Gallaz acabaramdes e notavees feitos, que outros acabar nom podiam, desejava muito de o semelhar em alguûa guisa; e muitas vezes cuidava em sii, de ser virgem se lho Deos guisasse” (Passos, 1974, p. 54-55).

Casou-se, forçado pelo pai, com uma rica viúva de Entre Doiro e Minho, de nome Leonor de Alvim e a partir de então passa a viver sem perspectiva de ação como desejava, a não ser com a caça que o distraía. Vivia como um amordaçado, pois desde pequeno sempre quis ser como Galaaz⁷. Casando-se, e tendo filhos, todo aquele seu sonho de se tornar um herói de cavalaria iria desboraar-se, mas isso durou até o momento do célebre episódio da morte de João Fernandes Andeiro, por D. João.

Desse momento em diante fica ao lado do Mestre de Aviz na luta que será empreendida tanto contra a fidalguia e a maior parte das cidades (Serrão, 1979, p. 296-297) e Concelhos como também contra os castelhanos, que recebem o apoio de quase todo o clã dos Pereiras. Frente a tudo isso só à espera de um milagre e, “(O) milagre era ele próprio, sem o saber” (Saraiva, 1988, p. 207).

Desde esse momento, passou a revelar um amor místico para com a Pátria e a Virgem.

Em Nuno Álvares, a devoção não era contemplativamente mística: era ardente e activa. Durante as campanhas, a sua existência dividia-se em duas partes: orar, combater; Combater para cumprir os mandados do Céu; orar, para que Deus, o ajudasse a vencer os inimigos (...) O Espírito místico, tonificava-o com a prática da oração quase constante. Ouvia missas todos os dias; confessava-se amiudamente; comungava quatro vezes no ano... (Martins, 1984, p. 282).

Devemos aqui nos reportar a uma passagem ocorrida, quando se encontrava em Santarém e, ainda sem saber da morte do Andeiro, retornando para casa

... reparou numa espada muito guarneçada que em Santa Iria, na Ribeira, um alfageme tinha exposta. Parou, olhou ... Subitamente lhe acudiram à idéia as lembranças de Galaaz, e da sua espada milagrosa, cravada por Merlim numa penha, com a bainha flutuando no ar. A espada do melhor cavaleiro! Só ele poderia sacá-la da rocha! ... Lançarote desistira, Galvão também; mas quando o rei Artur levou Galaaz acompanhado pela rainha e por toda a Távola Redonda, o cavaleiro sacou sem custo a espada e a bainha ... E Nuno Álvares mirava a espada do alfageme. Lembrava-se do que a donzela disse ao rei Artur:

⁷ “... na leitura da história de Galaaz, de que fala a Tavola Redonda, se entusiasma ao ler que Galaaz praticara feitos a outros impossíveis por ser virgem e casto. Nos seus sonhos desejava Nuno Álvares imitar Galaaz” (Baião, 1952, p. 29).

- *Sabei que esta espada, tão formosa e tão limpa, será toda tinta de sangue quente e vermelho, tanto que a tiver na mão aquele que fará a maravilha ... E via a espada tingir-se de vermelho, escorrendo sangue ... Adiantou-se um passo, entrou na venda:*

- *Alfageme, formosa espada é esta ... Quereria que assim corrigesses a minha. Podes?*

- *Melhor ainda; mandai amanhã por ela.*

Essa noite levou Nuno Álvares a sonhar com a espada de Merlim e com o escudobranco milagroso, de detrás do altar, que aí deixara el-rei Bandemagur, ferido no encontro com o cavaleiros: o escudo de Galaaz! Josefo, o filho de José de Arimatéia, dera como talismã ao rei Evalac, da cidade de Sarag, um sendal branco com a cruz vermelha; pregou-o o rei no escudo, e viu Cristo cravado de pés e mãos a gotejar sangue. E venceu os inimigos. A cruz vermelha era de sangue, sempre fresco, sempre vermelho ... Quando, no dia seguinte, Nuno Álvares foi pela sua espada e a viu, pasmou. Não a reconhecia, tão bela estava! A folha era a mesma. Três dedos de largura, mas cegava de brilhante: parecia de fogo! De um lado tinha a marca do alfageme: uma cruz, com uma estrela na extremidade da haste maior e a legenda: Excelsus super omnes gentes, Dominus; do oposto tinha a cruz floreteada dos Álvares, enlaçada em letras que diziam: Dom Nuno Álvares e por cima o santo nome de Maria” (Martins, 1984, p. 98-99).

Nuno Álvares, desde há muito vem lutando contra os castelhanos, só que agora – após 1383 – passa a fazê-lo com forças redobradas, sentindo a perspectiva de ver sua Pátria perder a independência. Patriota, se negou a receber do rei de Castela o comando de Viana além de convencer sua irmã Iria Gonçalves e seu irmão Fernão Pereira a passarem para o lado do mestre de Aviz. Elevado a Condestável, foi incansável batalhador pela unificação política do reino português, que muito lhe deve. Graças às suas virtudes foi distinguido com as seguintes dignidades: conde de Ourém, de Barcelos e Arraiolos.

Como Artur sustentou a ameaçada unidade do seu povo, num dado momento, fortalecendo o ânimo de todos, aqui em Portugal também Nuno Álvares sustentou o seu povo elevando o moral dos seus compatriotas num período delicado da história do reino. Esse sentimento nacionalista é revelado em termos religiosos e evangélicos e o seu personagem é comparado a Cristo ou aos apóstolos de Cristo (Passos, 1974, p. 76).

Quando D. João está organizando a defesa de Portugal, deu a Nuno Álvares duzentas lanças para defender o Alentejo contra os castelhanos. Este

tratava a todos como irmãos. Ouvia missas duas vezes ao dia, guardava todas as festas santas.

Julgava-se fadado por Deus para o cumprimento das suas ordens na terra; e Portugal via-o engrandecido às proporções de um povo eleito. As idéias da Cavalaria transcendentalizavam-se-lhe no espírito e no milagroso escudo branco, onde a imagem da Cruz, de José de Arimateia, vertia sempre sangue, via escrita a redenção deste povo, cujo futuro magnífico lhe germinava na idéia, desabrochado em símbolos piedosamente heróicos... E diante dos olhos tinha o imenso muro da serra, erguendo-se do manto negro dos pinhais; e parecia-lhe que também se erguia, assim, do chão negro dos tempos que pisava, a montanha também azul da sua fé, numa ascensão magnífica para a glória e para Deus (Martins, 1984, p. 110.).

Nessa empreitada, onde praticamente só a arraia-miúda estava a favor de mestre de Avis, há a necessidade de se recrutar pessoal e,

Nun'Álvares queria ter a confiança dos seus homens, temperá-los como aço. Já antes de chegar a Lisboa, conta Fernão Lopes, falara com os seus escudeiros, contando-lhes 'um segredo que trazia em seu coração': via com os olhos do entendimento, um grande poço coberto de escuridão; quem saltasse para ele não poderia escapar vivo, a não ser por grande milagre de Deus. Mas ele, Nun'Álvares, não podia conter o coração que não saltasse lá para dentro. O poço cheio de escuridão era a demanda que o mestre queria começar contra o rei de Castela. Nun'Álvares queria acompanhá-lo nesse salto, donde o mestre só escaparia com a graça de Deus. Perguntava aos seus homens: quem quer acompanhar-me? Partiu de Lisboa com 200 lanças (que representava cerca de 1000 homens) a defender a fronteira do Alentejo, recrutando de caminho mais gente. Só no Alentejo isso era possível, porque o Norte, Porto à parte, permanecia imóvel e mudo (Saraiva, 1988, p. 208).

Nuno Álvares era homem que impunha confiança e respeito. Essa confiança foi redobrada quando da vitória frente aos castelhanos na Batalha de Atoleiros, perto de Fronteira em 6 de abril de 1384, sendo que as forças castelhanas estavam sendo comandadas pelo seu próprio irmão, o Prior do Crato, que substituiu o pai, já morto.

BATALHA DE ATOLEIROS

Nessa Batalha de Atoleiros – entre Fronteira e Estremós – Nuno Álvares utilizou-se da tática empregada pelos ingleses, ou seja, a do quadrado. Antes, porém, mandou apear a sua cavalaria e em jejum como se encontrava ajoelhou-se e assim também o fez toda a hoste, com as mãos alçadas para o céu, rezava perante a bandeira desfraldada. Os soldados portugueses lutavam por

Portugal e por São Jorge e a tática utilizada deu resultados frente às tropas castelhanas apesar da pequena força portuguesa (Sérgio, 1977, p. 32), donde assegurou a Portugal a zona extrema do Alto Alentejo.

Foi muito importante, sob o aspecto moral essa vitória das forças comandadas por Nuno Álvares, uma vez que, muitos portugueses, passaram a confiar mais e vieram para as hostes portuguesas (Serrão, 1979, p. 297.), fortalecendo sem dúvida a esperança na vitória final.

Fernão Lopes nos dá a imagem de Nuno Álvares como um grande líder, sempre vitorioso, à frente das suas tropas, ao lado do rei e muitas vezes até à sua frente. “Entre todos os cavaleiros, pela virtude e pela graça que o acompanha, brilha Galaaz. Como homem de armas não tem par: é capaz de vencer um exército e nenhum cavaleiro resiste ao seu primeiro toque (...) Galaaz é inumanamente perfeito” (Saraiva, 1988, p. 65.).

BATALHA DE ALJUBARROTA

Após a batalha travada nas Cortes de Coimbra e que marca o início da dinastia de Aviz, em 6 de abril de 1385, na figura de D. João I, os castelhanos, tendo à frente seu monarca D. João, invadem novamente Portugal tendo como principal objetivo a conquista de Lisboa, conforme havia declarado seu soberano quando a abandonara em setembro de 1384. O soberano português, preocupado com as forças inimigas chama Nuno Álvares com seu exército que se encontrava no Alentejo, para se reunir a ele em Abrantes, o que de fato foi feito. Desse momento em diante as táticas militares do Condestável foram barrar as forças castelhanas ao sul de Leiria, em Aljubarrota, numa posição privilegiada do ponto de vista estratégico-militar.

Devemos lembrar que antes de ocorrer esta batalha de Aljubarrota, houve divergências de opiniões no Conselho de guerra português quanto à maneira pela qual se deveria fazer frente ao inimigo castelhano que estava invadindo o território, havendo estacionado suas forças em Leiria, por volta de 12 de agosto, com intenções, como dissemos, de tomar Lisboa, sendo que alguns do Conselho, alegando que as forças portuguesas não tinham condições de enfrentar o inimigo, achavam por bem invadir territórios castelhanos, provocando desta forma o retorno destes, os castelhanos, para sua terra, a fim de defenderem-na com o grosso de suas tropas, deixando livre o território português, o que não foi

aceito por Nuno Álvares que achava que se deveria dar combate aos inimigos o mais rápido possível (Martins, 1984, p. 181), já que não confiava na resistência de Lisboa, sem comando, com traidores intra-muros e pensando na demora da chegada dos ingleses, o que de fato ocorreu. Nuno Álvares achava que devia se dar combate e, “...se preciso fosse, morrer com honra pelo Reino” (Serrão, 1979, p. 311).

D. João era deste mesmo pensamento, mas desta vez estava indeciso, sem se impor, até que decidiu, pressionado pela firme decisão do Condestável (Peres, 1983, p. 69-70), que como Lancelote, é clemente com outros, mas nunca volta atrás em sua palavra.

Seguiu D. João até a localidade de Tomar onde os exércitos se reuniram, indo depois para Ourém, sendo que no dia 12 de agosto se encontrava em Porto de Mós e já no dia 14 essas forças colocaram-se numa colina entre dois ribeiros que levam ao rio Lena (Serrão, 1979, p. 311) para dar combate ao inimigo. Este local é chamado de Aljubarrota.

Estas forças foram divididas em quatro corpos, onde a vanguarda estava sendo comandada por Nuno Álvares, a retaguarda por D. João, além das alas da esquerda e direita, todas dispostas pelo Condestável. Quando os castelhanos chegaram perto das posições portuguesas, ficaram confiantes devido a sua superioridade numérica mas, ainda assim, estavam em dúvida se atacavam ou não, já que os mais prudentes achavam que por terem vindo de longe, cansados e sem comer, levavam desvantagem, sendo portanto melhor não atacar de imediato e sim fechar o cerco, pressionando as forças portuguesas que se entregariam por falta de mantimentos. Por fim decidiram-se pela luta, já que seria desonroso um tão grande número de fidalgos ficar esperando a rendição de alguns míseros soldados.

Houve o combate que terminou à tarde desse memorável dia para os portugueses que, apesar de inferiorizados numericamente (Serrão, 1979, p. 311) – não contavam com 10.000 homens, onde só dois terços eram combatentes (Martins, 1984, p. 246-247), enquanto os castelhanos contavam com 20.000 homens, apesar de haver muitas divergências entre os historiadores quanto ao número real de combatentes – lutaram com muita bravura e puseram a salvo a independência do reino.

Devemos lembrar que

Na batalha foi de novo aplicada a tática da formação em quadrado das tropas a pé, as quais, contando com a colaboração de arqueiros ingleses, agüentaram e depois destroçaram as investidas da poderosa cavalaria senhorial, cujo ímpeto atacante inicial já havia sido controlado por fossas cavadas na frente de combate, que havia sido estrategicamente escolhida (Garcia, 1986, p. 88).

Essa batalha deu-se em uma tarde de 14 de agosto de 1385 (Viegas, 1984, p. 162) ficando o inimigo praticamente destruído (Sérgio, 1977, p. 33) e pode ser considerada uma das grandes batalhas da história devido às circunstâncias em que se realizou e levando-se em conta que

(O) despojo colhido pelos vencedores foi enorme. Objectos de ouro e prata, adereços e guarnição de várias espécies, armas, cavalos e outros animais em grande número. Só a capela de El-Rei de Castela, que caiu nas mãos portuguesas, representava alto valor (Almeida, 1922, p. 16),

Isto porque haviam trazido muita coisa consigo, pois achavam que a vitória seria fácil, permanecendo desta forma definitivamente em solo português.

Outro aspecto importante da batalha foi o de selar de vez a soberania do reino que esteve periclitante durante muito tempo. Além do mais, após essa vitória de Aljubarrota, foram conquistadas algumas praças que se encontravam em mãos de Castela, como Torres Vedras, Alenquer, Sintra, Óbidos e Leiria, dando início ao processo de reunificação política do reino, tendo à frente o ex-mestre de Aviz que passou, a partir desse momento, a enfeixar em suas mãos todos os poderes, num processo bem mais acentuado de centralização monárquica, que foi regra em Portugal durante muito tempo (Lachi, 1982, p. 169).

Podemos dizer que Aljubarrota foi a derradeira grande batalha travada pelos portugueses contra os castelhanos, permitindo assim a consolidação da sua independência (Serrão, 1979, p. 312), assegurando definitivamente o nascimento da dinastia de Aviz, forte e atuante. Trata-se de um marco decisivo da história portuguesa. Logo após, houve também batalhas como a de Valverde e outras, também ganhas por Nuno Álvares. Sem este talvez a revolução não ultrapassasse os burgos litorâneos e poucos outros (França, 1946, p. 285).

Após todas essas peripécias militares podemos afirmar que “... D. João devia o trono a Nun’ Álvares” (Saraiva, 1988, p. 211), mais semi-Deus do que homem. Sua imagem é a do guerreiro perfeito, que luta ferozmente, em nome de Portugal e de Cristo, contra os inimigos.

Nuno Álvares, vencedor de mais esta batalha, bravo guerreiro, é um herói capaz de fundar a identidade de um reino. Um cavaleiro desprendido ao

extremo, sempre à espera de uma batalha, colocando sempre em ação seus estratagemas perfeitos.

É sempre o personagem central e o principal protagonista das ações.

Depois o Condestável e o Rei separaram-se. O primeiro dirigiu-se ao Alentejo; o segundo encaminhou-se para o Norte. O Condestável pensava invadir Castela e, com este intuito, partiu para Évora e Vila Viçosa, a caminho da fronteira, transpondo o Guadiana junto de Badajoz. Daqui passou a hoste ao Almendral onde se deteve apenas o tempo necessário para descansar e passar a noite, dirigindo-se no dia seguinte para uma povoação próxima, a aldeia de Parra, donde saíram para Vila Garcia que ocuparam sem resistência, pois, pouco antes, povoação e castelo tinham sido abandonados (Peres, 1983, p. 73-74).

Após este momento, foi Nuno Álvares procurado por um arauto que vinha comunicar-lhe o desafio de seus inimigos, com o que o Condestável ficou satisfeito e parte para enfrentá-los. As forças portuguesas, em número reduzido, foram cercadas pelas castelhanas quando da travessia do Guadiana.

A peleja era rude e sangrenta. O Condestável acudia constantemente a todos os pontos onde a sua presença se tornava necessária para reanimar os combatentes. Ao anoitecer, a vitória coroava o esforço dos portugueses. O arrojo de Nun'Álvares obrara mais um prodígio (Peres, 1983, p. 75)

Graças aos seus feitos em guerra objetivando a defesa do reino português frente às forças castelhanas, foi aquinhoado por D. João com inúmeras propriedades, que o Condestável após o término das guerras, as redistribuiu em grande parte pelos cavaleiros (Arnaut, 1960, p. 243) que o haviam ajudado, "... com a obrigação de ficarem seus vassalos" (Saraiva, 1988, p. 211) servindo-o na guerra com um certo número de lanças.

Isso tudo fazia com que houvesse opositores dentro do próprio Conselho Real (Saraiva, 1988, p. 211), mas deve-se levar em consideração também que a metade do reino lhe pertencia e em função disso, o surgimento da inveja de muitos (Martins, 1984, p. 253), além de que existe uma outra questão em jogo, qual seja a de que "nas doações impunha-se aos que as recebiam o dever de apresentar ao condestável, quando este o determinasse, um certo número de escudeiros para serviço do rei e seu. Era voltar à antiga, arrogar-se o direito de ter vassalos, o que indispôs o monarca" (Peres, 1983, p. 121).

Em função disso tudo, pensou em deixar Portugal, mas acabou desistindo da idéia pois a regra que ele obedecia não era uma regra humana, política ou social. Era uma regra divina, proclamada na sua bandeira

... branca, dividida ao centro em quatro campos por uma cruz vermelha: a cruz do escudo de Galaaz, tinta no sangue do Redentor. Em cada quarto havia uma imagem piedosa, e nos quatro cantos outros tantos escudos da linhagem de Nuno Álvares. No primeiro quarto, o superior, junto à haste, via-se Jesus Cristo crucificado e aos pés da Cruz sua mãe, a Virgem Maria, de um lado, e do outro S. João, o discípulo amado. No segundo quarto, superior, estava a Virgem, com o menino ao colo. No terceiro, inferior, S. Jorge de joelhos rezando a Deus, de mãos postas. No quarto, finalmente, o apóstolo das Espanhas, S. Tiago, na mesma atitude (Martins, 1984, p. 115-116).

Foi o elemento que defendeu fervorosamente a sua Pátria, pois mesmo contando com poucos recursos, soube arquitetar novas táticas de guerra para vencer os inimigos. Seus soldados o tinham na mais alta consideração e pode-se dizer mesmo que as suas forças nem pareciam com uma hoste de guerreiros mas sim uma religião de defensores (Entwistle, 1949, p. 177-178), até que ele resolve abandonar a vida mundana e ingressar no Convento dos Carmelitas, sendo que devemos citar que

“a última batalha mundana de Nun’Álvares foi a construção do Convento do Carmo, em cumprimento, talvez, da promessa feita em Valverde: comprou aos frades da Trindade um cabeça a prumo sobre o Rossio e intentou construir aí uma das maiores igrejas de Portugal, capaz de rivalizar com as de Alcobaça e da Batalha (então em construção) e mais alta que a Sé de Lisboa. Era uma empresa arrojada (Saraiva, 1988, p. 212-213).

A partir de então não é mais um simples guerreiro, mas se torna defensor do seu povo, um seguidor de Cristo e um ímã para alguns milagres, sendo comparado às grandes figuras e estas são realçadas, da mesma forma que as do ciclo arturiano, como notamos na obra de Fernão Lopes⁸.

⁸ “As grandes figuras são realçadas, comparando-as com as do ciclo arturiano; as suas virtudes ‘tem de ser’ as virtudes das figuras bretãs. (...) O cronista (...) ao desenhar no seu traço rude um grande senhor, (...) tinha de fazê-lo como o seu mundo o concebia: um grande cavaleiro, igual em feitos e em virtudes aos modelos estabelecidos. Tal atitude de Fernão Lopes se deve principalmente a dois factores: primeiro, à desilusão perante a nobreza sua contemporânea, e à correspondência entre os dados que possui a respeito de Nuno Álvares e os seus próprios ideais de grande homem: segundo, à necessidade de projecção, num indivíduo, das tendências e aspirações da época, que estava a exigir heróis. Todos os povos civilizados proclamam as suas grandes personalidades históricas, não se desenhando delas e nelas reconhecendo as suas supremas afirmações nacionais’ (...) e ainda mais: ‘ aos grandes conferem-se alguns atributos e circundam-se as suas personalidades de lendas e anedotas por meio das quais, na realidade, se manifesta um aspecto do povo do qual emergiu o indivíduo excepcional” (Passos, 1974, p. 85).

Nuno Álvares é o primeiro herói dessa nova tábua redonda. É o Galaaz português.

FREI NUNO DE SANTA MARIA

Nuno Álvares após todas as campanhas militares se encontrava numa posição privilegiada, que podia causar inveja a muitos espíritos da época, pois todos sabiam que se agora existia o reino português unificado e independente isto devia-se a ele, pois foi quem praticamente colocou a coroa na cabeça de D. João. Some-se a isso o fato de possuir uma quantidade considerável de bens, frutos de doações pelos seus feitos em guerra.

O Condestável mandou edificar igrejas em várias localidades do reino português, todas em homenagem aos milagres que ele julga terem sido as vitórias militares.

Em 1422, após as agruras sofridas com a morte de sua filha, transferiu-se para uma cela solitária no Convento de Nossa Senhora do Carmo em Lisboa, também mandado construir por ele (Costa, 1985, p. 490). Aqui podemos dizer que da mesma forma que o rei Artur foi para Avalon afim de se curar dos ferimentos, comparativamente Nuno Álvares Pereira fez o mesmo ao ir para o Convento.

Nessa cela solitária ficava oculto, onde permanecia horas falando com a virgem de Assunção, em preces fervorosas.

Ali lhe aparecia (...) Santo Elias, o profeta que viveu no tempo do rei Achab de Israel e do rei Josafate de Judá: o terrível profeta que trucidou os padres de Baal e por ordem de Deus sagrou rei da Síria a Hazael e a Jehu em Israel, anunciando a morte de Ochozias, o ímpio filho de Achab: o profeta que distribuía pela sua mão de bronze, as fomes, as secas, a chuva, as geadas e o raio: o que não morrera, mas fora levado ao Céu num carro de fogo, ficando aí reservado para futuras campanhas. Ao profeta Elias, patriarca do Carmo, dera o Condestável a sua espada: ao guerreiro, como ele também invicto, que havia mais de dois mil anos esperava à frente dos exércitos do Senhor a chegada do momento de descer ao mundo para exterminar o Anticristo, besta imunda, monstro medonho (Martins, 1984, p.297)

Quando ingressou nesse Convento, deixou de ser o Condestável do reino para ser tão somente, Nuno Álvares Pereira, provedor e perpétuo administrador do Mosteiro de Santa Maria do Monte do Carmo e, também, desfez-se de seus bens, repartindo-os para todos os de sua predileção (Saraiva, 1988, p. 214)

além de transferir à igreja as propriedades que julgou necessárias à manutenção do culto (Martins, 1984, p. 288).

Ingressou numa Ordem religiosa sem tradição em Portugal, sem influência (Saraiva, 1984, p. 214), talvez objetivando manter um certo domínio sobre ela, após os seus feitos com as armas, o que não aconteceria se ingressasse em uma Ordem importante.

Agora aqui

... só Deus mandava nele, só perante Deus respondia. E no alto do Carmo, dominando a cidade, no meio dos seus monges, não dependente dos bens, que doara, nem do posto militar, a que renunciara, ele sentia-se um responsável directo pelo culto da lei divina (Saraiva, 1988, p. 216).

Nuno Álvares morreu em 1º de abril de 1431 sendo que “o papa Benedito XV beatificou-o em 23 de janeiro de 1918” (Rau, 1986, p. 56).

O povo vai à sepultura de Nuno Álvares para orar e volta trazendo consigo alguma terra, como talismã. “Cada uma das relíquias de Nuno Álvares, tocada, fazia maravilhas: o seu barrete, o seu báculo, o seu rosário” (Martins, 1984, p. 306). Os milagres atribuídos a ele eram constantes, sendo que “... por 1572, havia sido tanto a terra que se tirara da sepultura do Condestável para operar obras milagrosas, que se não alcançava senão com uma cana do comprimento de cinco ou seis palmos” (Baião, 1952, p. 64).

Para afugentar o demônio bastava invocar o Condestável que mais de uma vez apareceu do céu à terra.

Outro caso era o do ladrão que, vendo a igreja deserta, de uma vez introduzira no Carmo para roubar do túmulo do condestável a lâmpada de prata, dádiva de D. Duarte. Assim que pôs as mãos sacrílegas nessa arca da aliança da Pátria portuguesa, perdeu o juízo. As portas estavam abertas, e não dava com elas para fugir (Martins, 1984, p. 308).

Os milagres eram os mais variados e compunham-se até de hinos onde se contavam tais feitos (Martins, 1984). Entre esses milagres, ditos acontecidos, citam-se os seguintes: cegos retomam o olhar, mudos adquirem o dom da voz, surdos o da audição e os paralíticos chegam a andar. Há, inclusive, milagres, como os de cura de inúmeras doenças, concretizados pelo simples fato do contato com algumas relíquias do Santo Condestável. Para tudo o que se almejasse, bastava implorar o seu nome, fosse até para afugentar o demônio (Martins, 1984, p. 308).

Essa onda de milagres atribuídos a ele alastrava-se pelo reino e, por isso, as pessoas levavam ao altar a sua imagem para venerá-la, canonizando-o muito antes de a Igreja católica o beatificar.

As romarias eram constantes e o coro das romeiras em cima da campa se fazia ouvir como estes:

*O gram Condestabre
Nun'Álvares Pereira
Defendeo Portugal
Com sua bandeira
E com seu pendon ...*

O coro, batendo as mãos, respondia:

*Não m'o digais, non
Que santo é o conde!
Em Aljubarrota
Levou a vanguarda
Com braçal e cota
Os castelhãos mata
E toma pendon
Não m'o digais,
Que santo é o conde!"*(Martins, 1984, p. 309 - 310).

E assim prosseguiam com inúmeros outros cantos celebrando as façanhas do Condestável, com gente vindo de muitas localidades, de forma espontânea.

Venerado como santo, divinizado como herói, pela imaginação de um povointeiro, Nuno Álvares, cuja fé realizou o milagre de remir, para lhe dar um posto na história da humanidade, marcou-lhe ao mesmo tempo o destino, quando, acabada a empresa, foi sepultar-se na cova de um mosteiro (Martins, 1984, p. 312).

Nuno Álvares Pereira, figura de real destaque da história portuguesa, deve ser levado em conta não somente pelos seus feitos em armas – inúmeros, apesar de não os termos citado na sua totalidade – mas também pelo seu exemplo de vida e à magnanimidade de suas ações.

Encarnou sob vários aspectos o ideal cavalheiresco da época ao ter em mente seguir os feitos de Galaaz e como tal levava tão a sério as suas leituras da tábua redonda, de Galaaz que foi a muito custo que seu pai o obrigou a casar-se. Foi um dos que impuseram às hostes portuguesas a proi-

bição de se levar a mulher para o campo de batalha, o que acabou tornando-se regra.

Casou-se, sim, mas pouco tempo permaneceu com a esposa pois logo após foi chamado para a defesa do reino e, a partir daí, praticamente manteve a sua abstinência sexual, como que para fazer voltar a sua primeira virtude que era a castidade, segundo sua concepção inspirada nas suas leituras. Parece que isso foi conseguido, pois se uma coisa está ligada à outra, quer dizer, feitos heróicos aliados à castidade como Galaaz, deve-se também colocar que tendo sua esposa falecido nunca mais se casou.

Aqui podemos perceber que, se como dissemos, a admiração pelos temas da tábua redonda e do Santo Graal estivera muito em voga em Portugal, essa admiração ganhou contornos mais acentuados na figura de Nuno Álvares, que realmente os encarnou, levando-os às últimas conseqüências, pois que, se para usufruir de todo esse poder há necessidade de se “comunicar” com o céu, também nesse aspecto muito bem o fez. Tomemos como exemplo aquela passagem em que se pôs de joelhos a rezar entre umas pedras a pedir graças a Deus, alheio a tudo o que estava acontecendo durante a batalha, onde os seus estavam quase sendo derrotados pelas forças inimigas e implorando a sua ajuda, afinal ele era o Condestável, quer dizer, o chefe supremo dessas forças portuguesas, mas só após as suas orações é que se ergueu e passou a lutar, vencendo tais inimigos.

Terminada essa fase de lutas, abandona tudo o que possuía, adentra para um convento, perdoando a tudo e a todos e desejando ser ignorado por todos. Mas, por outro lado, sempre estaria pronto para novas aventuras, como foi o caso do seu retorno para a retomada de Ceuta e de a tradição dizer que por baixo do hábito de frade, ele trazia o seu arnês de combatente (Carvalho, 1985, p. 57).

Para Portugal foi de grande significação, graças à sua obstinação e à sua liderança já que esteve na vanguarda dessa empreitada pela manutenção da sua independência, num momento assaz delicado.

Concluindo, afirmamos que o surgimento dessa nova dinastia em Portugal, a de Aviz, marca o advento de uma nova fase para o reino, que teve para firmar-se como um dos seus sustentáculos, na fase inicial, a figura de Nuno Álvares Pereira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Fortunato de. *História de Portugal*. Coimbra : Ed. Fortunato de Almeida, 1922,tomo II.
- ARNAUT, Salvador Dias. *A crise nacional dos fins do século XIV*. A sucessão de D. Fernando. Coimbra : Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1960, vol. I.
- BAIÃO, António. *Biografia do Santo condestável*. Lisboa : s/ed., 1952.
- BERNARDINO, Tereza. *A revolução portuguesa de 1383 – 1385*. Portugal, Publicações Europa-América, L.da, 1984 (Coleção saber).
- CAETANO, Marcelo. “O Concelho de Lisboa na crise de 1383-1385”. *Anais. Academia Portuguesa da História*. Lisboa: s/ed. , 1953, vol. 4, série II.
- CARVALHO, Alberto Martins de. “D. Nuno Álvares”. *Dicionário de História de Portugal*. Dir. JoelSERRÃO. Porto : Livraria Figueirinhas, 1985, vol. V.
- CORTESÃO, Jaime. *Os factores democráticos na formação de Portugal*. Prefácio do Prof. Dr. Vitorino Magalhães Godinho. Lisboa : Livros Horizonte, 1974, vol. I.
- COSTA, António Domingues de Sousa. “Carmelitas”. *Dicionário de História de Portugal*. Dir. Joel SERRÃO. Porto : Livraria Figueirinhas, 1985, vol. I.
- ENTWISTLE, William James. “Nun’ Álvares e a defesa de Portugal”. *Anais. Academia Portuguesa da História*. Lisboa : 1949, vol. 2, séries II.
- FRANÇA, Eduardo d’ Oliveira. *O poder real em Portugal e as origens do absolutismo*. São Paulo : 1946, Boletim LXVII da FFLCH/USP.
- GARCIA, José Manuel. *História de Portugal*. Uma visão global. 3. ed.Lisboa : Editorial Presença, 1986.
- LACHI, Antonio Luiz. *O governo de D. Fernando I, o formoso, de Portugal: suas pretensões à coroa castelhana e suas conseqüências na política portuguesa*. São Paulo : 1982. 180p. Dissertação (Mestrado em História) - FFLCH/USP.
- LANGHANS , F. P. de. *Fundamentos jurídicos da monarquia portuguesa*. Lisboa : S/ed., 1951.
- LOPES, Fernão. *Chronica de El-Rei D. João I*. Lisboa : Bibliotheca de Clássicos Portugueses. 1897, vol. I.
- MARTINS, J. P. de Oliveira. *A vida de Nuno Álvares*. Lisboa : Guimarães & Cia, Editores, 1984.
- MATTOSO, José. *Fragments de uma composição medieval*. Lisboa : Editorial Estampa, 1987.
- PASSOS, M. Lúcia Perrone Faro. *O herói na crónica de D. João I, de Fernão Lopes*. Lisboa : Prelo Editora, 1974.
- PERES, Damião. *D. João I*. 2. ed.Porto : Vertente, 1983.
- RAU, Virginia. *Estudos de História medieval*. Lisboa : Ed. Presença Ltda, 1986.
- SARAIVA, António José. *O crepúsculo da idade média em Portugal*. Lisboa : Gradiva, 1988.
- SÉRGIO, António. *Breve interpretação da história de Portugal*. 7. ed. Lisboa : Livraria Sá da Costa, Editora, 1977.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal. Estado, Pátria e Nação (1080-1415)*. 3. ed.Lisboa : Editorial Verbo, 1979, vol. I.
- TORRES, Ruy d’ Abreu. “Interregno”. *Dicionário de História de Portugal*. Dir. Joel SERRÃO. Porto : Livraria Figueirinhas, 1985, vol. III.
- VIEGAS, Valentino. *Cronologia da revolução de 1383 – 1385*. Lisboa : Editorial Estampa, 1984.